

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CONTRATO TRF1 - 8424475

CONTRATO N. 0025/2019, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO COM MANUTENÇÃO CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA UNIDADES DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (STORAGES), QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, E A UNITECH-RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA.

CONTRATANTE: UNIÃO/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, com registro no CNPJ/MF n. 03.658.507/0001-25 e sede no SAU/Sul, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, conforme atribuições delegadas pelo [Ato Presi n. 163 de 07/05/1991](#), por seu diretor-geral da Secretaria, **CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA**, brasileiro, CPF n. 480.325.571-72, RG n. 1.015.832 - SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADA: UNITECH-RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n. 32.578.387/0003-16, sediada no Setor Hoteleiro Sul Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, Sala 807 - Asa Sul - Brasília/DF, CEP: 70.322-915, telefones (61)3045-0050, (61)99973-3193, e-mail: simone.gomes@unitech-rio.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **SIMONE TEIXEIRA GOMES**, CPF n. 842.631.801-00, RG n. 1.716.576 SSP/DF, brasileira, residente e domiciliada nesta Capital.

As partes acima qualificadas celebram o presente contrato, com observação ao constante no **Processo Administrativo Eletrônico n. 0019696-20.2017.4.01.8000 – TRF** e com fundamento na **Lei 10.520/2002, Decreto 5.450/2005; Decreto 7.174/2010; Lei Complementar 123/2006; Decreto 8.538/2015; Lei 8.666/1993** e suas alterações; **Pregão Eletrônico 0019/2019**; demais disposições regulamentares e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de suporte técnico com manutenção corretiva, fornecimento de peças e componentes, para as unidades de armazenamento de dados (storages), de acordo com as especificações, condições e observações constantes deste contrato.

2. DA FINALIDADE

2.1. A finalidade desta contratação é manter as unidades de armazenamento de dados da Justiça Federal da Primeira Região em perfeito funcionamento e adequado prazo de restauração de serviços quando da indisponibilidade decorrente de defeitos nos equipamentos.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Por este instrumento, a Contratada obriga-se a:

3.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do objeto contratado, bem como custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso existam.

3.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante.

3.1.3. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, na hipótese de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados no desempenho de atividades relacionadas a este Contrato, ainda que nas dependências do Contratante.

3.1.4. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais/distrital, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o objeto deste contrato.

3.1.5. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que o Contratante for compelido a responder em decorrência desta contratação.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório para a contratação.

3.1.7. Manter seus empregados, quando nas dependências do Contratante, sujeitos às normas internas deste (segurança, disciplina), porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.

3.1.8. Substituir, no prazo estabelecido pelo Contratante, qualquer um de seus empregados que for considerado inconveniente à boa ordem, demonstre incapacidade técnica, perturbe a ação da fiscalização do Contratante, não acate as suas determinações ou não observe às normas internas do Contratante.

3.1.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Contratante, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito da execução do objeto contratado.

- 3.1.10. Acatar determinações feitas pela fiscalização do Contratante no que tange ao cumprimento deste contrato.
- 3.1.11. Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do serviço.
- 3.1.12. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e as regras de negócio, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 3.1.13. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado aos equipamentos e ao patrimônio do Contratante ou de terceiros, decorrente da execução dos serviços contratados.
- 3.1.14. Não subcontratar totalmente os serviços objeto desta contratação.
- 3.1.14.1. A subcontratação poderá ocorrer parcialmente desde que devidamente justificada e previamente autorizada pelo Contratante, nos limites por ele definido.
- 3.1.15. Realizar o atendimento de normalização para os equipamentos com defeito, se houver, dentro do prazo de até **10 (dez) dias** da data inicial estabelecida no subitem 12.1 deste contrato.
- 3.1.16. Manter um estoque mínimo de peças que permita a realização dos consertos dos equipamentos dentro dos acordos de níveis de serviço estipulados.
- 3.1.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o Contratante autorizado a descontar, da garantia ou dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 3.1.18. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos atualizados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 3.1.19. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 3.1.20. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço.
- 3.1.21. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do Contratante.

3.1.22. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

3.1.23. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

3.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.1.25. Participar de reunião inicial para alinhamento de expectativas contratuais com equipe do Contratante. O Contratante fará a convocação dos representantes da Contratada e fornecerá previamente a pauta da reunião.

3.1.26. Disponibilizar, 24 horas por dia e sete dias por semana, um canal de atendimento por telefone, e-mail ou internet, para abertura de chamados. O horário de atendimento do chamado observará o disposto nos subitens 6.3 e 6.11 deste contrato.

3.1.27. Designar profissionais com perfis e qualificações compatíveis com as exigências deste contrato, conforme especificado abaixo:

3.1.27.1. Preposto:

3.1.27.1.1. A Contratada deverá designar preposto e substituto quando da assinatura do contrato, que tenham autonomia para executar as ações necessárias ao adequado cumprimento deste contrato com capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos a ele inerentes junto ao Contratante.

3.1.27.1.2. O preposto titular ou substituto deve estar acessível no período previsto no subitem 6.11.

3.1.27.1.3. Recomendável experiência mínima de 1 (um) ano na função de preposto de contrato, em razão da criticidade dos equipamentos para o ambiente tecnológico do Contratante.

3.1.27.2. Técnico em manutenção:

3.1.27.2.1. Nível de escolaridade – ensino médio concluído.

3.1.27.2.2. Recomendável experiência de no mínimo 1 (um) ano de atuação na área de manutenção em unidades de armazenamento de dados (storages), em razão da criticidade dos equipamentos para o ambiente tecnológico do Contratante.

3.1.28. Providenciar o envio de técnico para substituição de componentes em falha dos equipamentos nas respectivas localidades sem qualquer ônus para o Contratante.

3.1.29. Recolher as peças defeituosas nos locais de atendimento dos chamados técnicos.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Por este instrumento, o Contratante obriga-se:

- 4.1.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir o objeto deste contrato.
- 4.1.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários à execução dos serviços contratados.
- 4.1.3. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, determinando, de imediato, as providências necessárias à sua regularização.
- 4.1.4. Assegurar aos empregados da Contratada o acesso aos locais de prestação dos serviços, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante.
- 4.1.5. Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento deste contrato.
- 4.1.6. Designar servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.
- 4.1.7. Exigir, sempre que necessário, a apresentação, pela Contratada, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a sua contratação.

5. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua execução pelo gestor do contrato, de acordo com as cláusulas contratuais estabelecidas.
- 5.2. A gestão será exercida por servidor ou comissão designada pelo Contratante.
- 5.3. O gestor do contrato de que trata o subitem 5.2 desta cláusula deverá ainda:
 - 5.3.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando à Contratada o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
 - 5.3.2. Promover todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos observados no cumprimento deste contrato.
 - 5.3.3. Comunicar formalmente à Contratada as irregularidades cometidas.

5.3.4. Autorizar, receber e atestar os documentos da despesa, quando comprovado a fiel e correta execução dos serviços, para fins de pagamento.

5.3.5. Propor as glosas na(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) em decorrência de objeto não executado.

5.3.6. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

5.3.7. Acompanhar a execução desta contratação de forma a alcançar o cumprimento integral da execução do seu objeto.

5.3.8. Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de alteração e prorrogação contratual, observando os requisitos legais e contratuais.

5.3.9. Manter registro de aditivos.

5.3.10. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis.

5.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

5.5. Expirada a vigência do contrato, o gestor informará à autoridade competente acerca do integral cumprimento do objeto para fins de registros e respectivo controle financeiro-orçamentário.

5.5.1. Observado o disposto no subitem 11.1.2 e não havendo pendências quanto a sua execução, o gestor oficiará à Contratada, se for o caso, acerca da devolução da garantia prestada na forma do art. 56, § 1º, da lei 8666/93.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços objeto desta contratação serão executados nas localidades e endereços relacionados nos Anexos I e II e, observado o disposto no subitem 3.1.15, terão início 10 (dez) dias após a data inicial estabelecida no subitem 12.1 deste contrato.

6.2. Entende-se por suporte técnico com manutenção corretiva, fornecimento de peças e componentes, o serviço de esclarecimento de dúvidas, disponibilização de novos softwares e drivers eventualmente necessários para o correto funcionamento, diagnósticos e atualização dos equipamentos, além de informações importantes ao uso e melhores práticas dos mesmos, bem como o serviço de manutenção corretiva e reparação de eventual falha do equipamento, prevendo a substituição de peças, componentes e periféricos, por outros de mesma especificação, novos, de primeiro uso e originais, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos equipamentos mantidos.

- 6.3. A Contratada deverá executar os serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças, dos equipamentos na forma remota e on site no regime 16x5 (dezesseis horas por dia, cinco dias da semana), das 6:00 às 22:00, mediante abertura de chamados pelo Contratante, incluindo eventual suporte técnico necessário em decorrência de manutenções realizadas.
- 6.4. Os serviços compreendem igualmente a prestação de serviços de suporte eventual, mormente quando em decorrência dos serviços de manutenção, como por exemplo aplicação de patches, updates de firmware ou compatibilização de componentes substituídos.
- 6.5. Entende-se por manutenção os procedimentos realizados nos equipamentos, após a ocorrência de alguma falha, destinados a retornar os equipamentos ao seu perfeito estado de uso.
- 6.6. O acompanhamento da execução do serviço se dará sob supervisão do fiscal técnico do contrato ou representante indicado pelo mesmo.
- 6.7. A Contratada deverá respeitar os acordos de níveis de serviço de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e o término do atendimento não poderá ultrapassar os seguintes prazos, contados a partir do dia subsequente ao da abertura do chamado:
- 6.7.1. Máximo de 02 (dois) dias corridos para equipamentos instalados no Contratante e nas Seções Judiciárias localizadas nas capitais.
- 6.7.2. Máximo de 03 (três) dias corridos para equipamentos instalados nas Subseções Judiciárias.
- 6.7.3. Máximo de 05 (cinco) dias corridos especificamente para equipamentos instalados nas Subseções Judiciárias de Oiapoque (PA), Laranjal do Jari (AP), Tabatinga (AM) e Tefé (AM).
- 6.7.4. Se o incidente for resolvido por meio de solução provisória (contorno), para qualquer região, a Contratada deverá resolver definitivamente o problema no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da implantação da solução provisória, mediante apresentação de justificativas e plano de solução.
- 6.8. Entende-se por término do atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, estando condicionado à aprovação do Contratante.
- 6.9. Caso o equipamento não possa ser reparado dentro dos prazos previstos no subitem 6.7 e antes de findar os prazos ali estabelecidos, a Contratada deverá formalizar pedido de prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pelo Contratante, que decidirá pela concessão da dilação do prazo ou não.
- 6.10. Os serviços de manutenção corretiva e suporte eventual deverão ser prestados pela Contratada ou pelo próprio fabricante.
- 6.11. A Contratada deverá manter uma equipe técnica qualificada disponível para atendimento on site, entre 06:00 e 22:00, em dias úteis.

6.12. O registro do horário da abertura do chamado será feito com base no número do protocolo de atendimento que deverá ser informado pela Contratada via e-mail.

6.13. Uma vez acionada – e desde que não cause prejuízos aos acordos de níveis de serviços – a Contratada poderá optar por iniciar a solução do problema via telefone e/ou outro meio de acesso remoto com compartilhamento de tela. Na impossibilidade de resolução do problema por esses meios, a Contratada deverá enviar um técnico especializado ao local onde se encontra o equipamento com defeito. Neste caso, o atendimento deverá ser realizado no local (on site).

6.13.1. O serviço compreende a eliminação de defeitos, a substituição de peças (fornecidas pela Contratada e sem ônus adicional para o Contratante), a execução de ajustes, regulagens, reparos e atualizações necessárias ao correto funcionamento dos equipamentos, incluindo reparo ou troca de peças e cabos de ligação entre equipamentos.

6.14. Os componentes instalados em substituição aos danificados deverão ser novos e ter características, no mínimo, iguais aos originais do equipamento. Mesmo que sejam utilizados componentes com características superiores, não haverá ônus adicional para o Contratante.

6.15. Os componentes substituídos passarão a fazer parte do equipamento, passando a ser, portanto, de propriedade do Contratante.

6.16. Se, em razão da complexidade dos reparos, for necessária a remoção do equipamento das instalações do Contratante, observar-se-á o seguinte:

6.16.1. A remoção somente será possível mediante justificativa, devidamente aceita pelo Contratante, e assinatura de termo de responsabilidade por parte da Contratada.

6.16.2. Todas as despesas referentes ao transporte e seguro do equipamento correrão por conta da Contratada, sendo sua exclusiva responsabilidade reparar quaisquer avarias decorrentes deste transporte.

6.16.3. É responsabilidade da Contratada a realização de toda e qualquer ação necessária para o transporte, ativação, ambientação e adaptação dos equipamentos, assim como a sua posterior desinstalação e remoção com reinstalação dos itens definitivos.

6.1.16.3.1. Ficará a cargo do Contratante a configuração lógica do equipamento.

6.17. A Contratada deverá emitir, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do fim do atendimento, um relatório técnico ou ordem de serviço de manutenção, no formato digital, de cada atendimento realizado. Deverão constar do relatório ou ordem de serviço de manutenção, pelo menos, a data de abertura do chamado, a data da normalização, o número do chamado, a identificação do equipamento atendido, os defeitos apresentados, os procedimentos realizados e os componentes substituídos.

6.18. Em nenhuma hipótese haverá ônus adicional ao Contratante, recebendo a Contratada, exclusivamente, o valor mensal firmado no contrato para o serviço contratado.

6.19. A Contratada deverá fornecer, ou configurar, solução de monitoramento, propiciando recebimento de alertas de forma pro-ativa e potencial redução do tempo de atendimento e riscos de indisponibilidade (Call Home).

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta dos recursos orçamentários consignados no **Programa de Trabalho 02061056942570001 e Elemento de Despesa 3.3.90.40**.

7.2. Foi emitida a **Nota de Empenho 2019NE800436**, em **25/06/2019**, no valor de **R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais)**, para atender as despesas oriundas desta contratação.

7.3. Para os exercícios futuros, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos orçamentários destinados ao atendimento de despesas de mesma natureza, extraindo-se a respectiva nota de empenho, que passará a integrar este contrato.

8. DO PREÇO

8.1. O Contratante pagará mensalmente à Contratada o **valor estimado de R\$ 91.666,67 (noventa e um mil seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, inclusas todas as despesas legais incidentes, deduzidos quaisquer descontos concedidos.

8.1.1. Eventual equipamento colocado em desuso pelo Contratante ou não mantido não será objeto de pagamento.

8.2. O preço deste contrato compreende todas as despesas concernentes ao seu objeto, bem como todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguro e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços deste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta, constante do instrumento convocatório.

9.1.1. São nulos de pleno direito quaisquer apuração de índice de reajuste que produza efeito financeiro equivalente aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

9.2. O reajuste dos preços terá como limite a variação do ICTI – Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ou, na hipótese de extinção deste, por outro que venha a substituí-lo.

9.3. Caberá à Contratada solicitar o reajustamento dos preços e demonstrar a variação, mediante apresentação da respectiva planilha, bem como apresentar a documentação comprobatória do seu pleito.

9.4. No caso de eventual prorrogação contratual, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o valor do contrato será reajustado após o interregno de um ano, que será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

9.4.1. As alterações decorrentes de reajustamentos serão formalizadas mediante Termo de Apostilamento.

9.5. Para fins de concessão do reajuste poderão ser realizadas diligências visando conferir a variação de custos alegada pela Contratada, considerando-se:

9.5.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública.

9.5.2. As particularidades deste contrato.

9.5.3. Indicadores setoriais, valores oficiais de referencia, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

9.5.4. A disponibilidade orçamentária do Contratante.

9.6. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação/término de vigência contratual, obedecendo ao seguinte:

9.6.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

9.6.2. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da prorrogação contratual.

9.6.3. Se até a data da prorrogação contratual, ainda não tiver sido solicitado/concedido o reajuste, caberá a Contratada solicitar a reserva de seu direito para ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão, com vistas à inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, nos termos do subitem 12.3 deste contrato.

9.7. Os novos valores contratuais reajustados produzirão efeitos:

9.7.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste.

9.7.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes.

9.8. Os reajustamentos não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com fundamento no art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado mensalmente, no valor correspondente ao quantitativo de equipamentos ativos e sem garantia no parque da Justiça Federal da Primeira Região, no mês de referência do faturamento.

10.2. Para o faturamento a Contratada deverá observar as datas de vencimento das garantias dos equipamentos, conforme lista constante no Anexo II deste contrato.

10.3. O Contratante informará à Contratada sobre a eventual descontinuidade ou substituição dos equipamentos listados no Anexo II, para que a Contratada considere a redução de equipamento no faturamento a partir da data de sua exclusão, sendo pago o valor pró-rata.

10.4. A Contratada deverá apresentar o documento de cobrança a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao mês em que ocorreu a prestação dos serviços, que consignará valores em reais e discriminará o mês em que os serviços foram executados.

10.5. O pagamento será efetuado até o **15º (décimo quinto) dia útil**, a contar da data do atesto do documento de cobrança.

10.5.1. O fiscal técnico do contrato deverá atestar os serviços em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento do documento de cobrança.

10.6. A regularidade de que trata o subitem 3.1.6, especialmente com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF) e a Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), será confirmada por meio de consulta on line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

10.7. Havendo atraso no prazo estipulado no subitem 10.5 desta Cláusula, não ocasionado por culpa da Contratada, o valor devido será corrigido monetariamente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento e a da sua efetivação.

10.7.1. A Contratada deverá formular o pedido, por escrito, ao Contratante, acompanhado da respectiva memória de cálculo e do respectivo documento de cobrança.

10.8. Os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, desde que satisfeitas às condições estabelecidas neste contrato.

10.9. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

10.10. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento, interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, nesse caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

10.11. O pagamento será retido ou glosado, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando:

10.11.1. A Contratada não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

10.11.2. A Contratada deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.11.3. Se por qualquer motivo alheio à vontade do Contratante for paralisada a prestação dos serviços, sendo que o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

10.12. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas, inclusive aquelas em processo de apuração, ou indenizações, devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

10.13. Os pagamentos estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos, conforme legislação vigente.

11. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Objetivando assegurar o fiel cumprimento deste contrato, a Contratada deverá apresentar a garantia contratual, numa das modalidades previstas no § 1.º do art. 56 da Lei n. 8.666/93, no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da data inicial estabelecida no subitem 12.1 deste contrato.

11.1.1. A Garantia será no valor de **R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado.

11.1.2. O prazo da garantia deverá abranger o período de execução do contrato e se estender por até 3 (três) meses após o termo final da vigência do contrato, com vencimento previsto para **01/10/2021**.

11.1.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal, Agência 2301 – PAB – Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

11.2. É obrigação da Contratada fazer constar do documento de garantia, expressamente, sua vinculação a esta cláusula contratual.

11.3. A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato, no prazo de 10 (dez) úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/repactuações realizados mediante apostila ao contrato.

11.4. A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

11.4.1. Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo Contratante, do valor apurado ou fixado de acordo com as pertinentes cláusulas deste contrato.

11.4.2. Cobertura de prejuízos causados ao Contratante, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo, até o limite previsto no subitem 11.1.1.

11.4.3. Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária. (Lei nº 10.406/2002).

11.5. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

11.6. No caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo Contratante, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da Contratada.

11.7. Sancionada a Contratada, caso esta não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.

11.8. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 11.4.1 e 11.4.2 desta cláusula, obriga-se a Contratada a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo Contratante.

11.9. Em caso de alteração do contrato, a Contratada deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

11.10. Caso a Contratada não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, o Contratante poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a apresentação da garantia, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da Contratada.

11.10.1. Em caso de retenção de que trata o subitem 11.10, o Contratante oficiará a Contratada para, em novo prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da data da notificação, regularizar a prestação da garantia.

11.11. A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída conforme o disposto no subitem 5.5 deste contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

12. DA VIGÊNCIA

12.1. O presente instrumento vigorará por **24 (vinte e quatro) meses**, contados de **01/07/2019**, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluindo os primeiros 24 (vinte e quatro) meses.

12.1.1. Este instrumento tem seu término previsto para **01/07/2021**.

12.1.2. O último dia de vigência do contrato corresponderá à transição contratual para fins de prorrogação ou nova contratação, e não repercutirá como execução financeira, conforme o Anexo III deste contrato.

12.2. Para o encaminhamento do pedido de prorrogação do contrato, o gestor do contrato deve observar os seguintes requisitos:

12.2.1. Prestação regular dos serviços.

12.2.2. Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

12.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

12.2.4. Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.

12.2.5. Verificação se houve declaração de inidoneidade ou suspensão da Contratada no âmbito da União ou do Contratante.

12.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível proceder aos cálculos devidos para fins de reajuste do contrato, caberá à Contratada no ato que manifestar anuência com a prorrogação, requerer a inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação garantindo o seu direito ao reajuste, sob pena de preclusão, conforme previsão contida no subitem 9.6.3 deste contrato.

12.4. O Contrato não será prorrogado quando a Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do Contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento pela Contratada das obrigações previstas neste instrumento, o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos, conforme o art. 7º da Lei n. 10.520/2002, regulamentado pelo art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

13.1.1. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 13.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

13.2. A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

13.3. O atraso injustificado na execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual, com exceção das previstas nos subitens 13.5 e 13.7, sujeitará a Contratada à multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso, calculada sobre o valor do mensal do serviço, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

13.3.1. A partir do 11º dia, a multa diária será de **0,8% (oito décimos por cento)**, até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 13.3.

13.4. Nas hipóteses em que não haja prefixação do termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese que fará incidir a sanção prevista no subitem 13.3.

13.5. Se em decorrência de ação ou omissão, que não resulte em inexecução parcial ou total do objeto contratado e que não tenha sido objeto de multa anterior, o cumprimento da obrigação se tornar inútil em momento posterior, a Contratada estará sujeita à multa de **0,5% (cinco décimos por centos)** sobre o valor mensal do contrato e por ocorrência.

13.6. A inexecução total ou parcial deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de **15% (quinze por cento)** sobre o valor total contratado ou sobre a parte não executada, respectivamente.

13.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia contratual acarretará a aplicação de multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor da garantia não prestada, por dia de atraso, observado o máximo de **10% (dez por cento)**.

13.7.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na apresentação da garantia autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, com as cominações legais cabíveis.

13.8. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

13.8.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para a entrega deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

13.8.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

13.9. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 13.3.

13.10. As multas ou os danos/prejuízos apurados poderão ser descontados dos pagamentos porventura ainda devidos, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei n. 8.666/93.

13.11. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.12. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

14. DA RESCISÃO

14.1. O Contratante se reserva o direito de rescindir unilateralmente o presente contrato, na ocorrência de qualquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XII e XVII e art. 79, inciso I, todos da Lei 8.666/93.

14.2. O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido por acordo entre as partes ou judicialmente, nos termos constantes no art. 79, incisos II e III, da Lei 8.666/93.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. Toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos (contrato e demais documentos) à Contratada será feita pelo e-mail informado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substitua, apontado formalmente pela Contratada.
- 15.2. É de exclusiva responsabilidade da Contratada o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado, até mesmo na hipótese de obrigações pós-contratuais.
- 15.3. Em caso de inobservância do previsto no subitem 15.2, o Contratante poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.
- 15.4. Frustradas as tentativas na forma do subitem 15.3, o Contratante poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da Contratada mediante publicação no Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1, disponível no site do Contratante (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/publicacoes/diarios-da-justica/diarios-da-justica.htm>), para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

16. DA PUBLICAÇÃO

- 16.1. O presente Contrato será publicado em forma de extrato, no D.O.U, em conformidade com o disposto no **Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93**.

17. DO FORO

- 17.1. Fica eleito pelas partes o foro federal, no Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento por meio de senha eletrônica.

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor-Geral da Secretaria do TRF 1ª Região

SIMONE TEIXEIRA GOMES
Unitech Rio Comercio e Servicos Ltda

Documento assinado eletronicamente por **Simone Teixeira Gomes, Usuário Externo**, em 27/06/2019, às 09:42 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **8424475** e o código CRC **3E843A9C**.

ANEXO I AO CONTRATO N. 0025/2019
ENDEREÇO DAS LOCALIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

UF	Localidade	Endereço	Fone
DF	TRF 1ª Região	SAL/SUL Quadra 1, Bloco C, Anexo III, Praça dos Tribunais Superiores - Brasília/DF -CEP: 70.070-900	(61) 3314-5225
	Seção Judiciária do Distrito Federal	Edifício-Sede I SAS – Praça dos Tribunais Superiores Quadra 2, bloco G, Lote 8 - Brasília/DF - CEP: 70.070-933	(61) 3221-6310
AC	Seção Judiciária do Acre	Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/n, Portal da Amazônia - Rio Branco/ AC - CEP 69.915-632	(68) 3214-2000
	Subseção Cruzeiro do Sul	Cidade da Justiça, Rod BR 307, km 9, nº 4.090 Bairro - Boca da Alemanha - CEP: 69980-000	(68) 3311-1770
AP	Seção Judiciária do Amapá	Rodovia Norte-Sul, s/n, Infraero II - Macapá/- AP CEP: 68.908-911	(96) 3214-1500
AM	Seção Judiciária do Amazonas	Av. André Araújo, n. 25 – Bairro Aleixo - Manaus/ AM - CEP: 69.060-000	(92) 3612-3300
	Subseção Judiciária de Tabatinga	Rua Aires da Cunha, n. 48 Bairro Ibirapuera - Tabatinga/AM - CEP: 69.640-000	(97) 3412-4858
	Seção Judiciária da Bahia	Fórum Teixeira de Freitas, Av. Ulysses Guimarães, n. 2799 – Bairro Sussuarana - Centro Administrativo da Bahia - Salvador/BA - CEP: 41.213-000	(71) 3617-2600

BA	Subseção Judiciária de Barreiras	Rua Aníbal Barbosa, s/n, Bairro Centro, 5º andar - Fórum Tarcílio Vieira de Melo - Barreiras - Bahia - CEP: 47.800-163	(77) 3611-8391
	Subseção de Campo Formoso	Praça Raulindo Saturnino, bairro Raulindo Santurnino, s/n, Campo Formoso (BA). CEP 44.790-000	(74) 3645-1987
	Subseção de Guanambi	Av. Santos Dumont, nº 325 – Centro. CEP: 46430-000. Guanambi (BA).	(77) 3451-3788
	Subseção de Paulo Afonso	Rua da Gangorra, Quadra 12, Lt. 148-A – Alves Souza. CEP 48608-240. Paulo Afonso (BA).	(75) 3281-2387
	Subseção de Itabuna	Av. Amélia Amado, n. 331, CEP: 45.600-033, Centro (antigo CNPC) – Itabuna (BA).	(73) 3215-3388
	Subseção de Vitória da Conquista	Rua Ministro Hermes Lima, S/N – Cidade Universitária. Vitória da Conquista – Ba. CEP: 45.029-260.	(77) 3423-8900
	Subseção de Bom Jesus da Lapa	Av. Agenor Magalhães, s/n. bairro Mirante da Lapa, Bom Jesus da Lapa – BA. CEP.: 47.600-000	(77) 3481-2026
	Subseção de Feira de Santana	Rua Turquia, s/n – Ponto Central. CEP: 44.075.295, Feira de Santana – Bahia	(75) 3221-6274
	Subseção de Ilhéus	Rua Ministro José Cândido, n. 80 – Centro. CEP: 45653-542. Ilhéus (BA).	(73) 3634-2950
GO	Seção Judiciária do Goiás	Rua 19 n. 244, Centro - Goiânia/GO - CEP: 74.030-090	(62) 3226-1515
	Subseção de Anápolis	Av. Universitária, Quadra 02, Lote 05, Jardim Bandeirante, CEP: 75083-035, Anápolis-GO	(62) 4015-8603
	Subseção de Luziânia	Rua Dr. João Teixeira, Quadra 73, Lote 21-A, nº 596, Edifício Iaci Amaral, Centro, CEP: 72.800-440, Luziânia/GO	(61) 2104-3503
	Subseção de Rio Verde	Avenida José Walter, nº 500, Quadra 49, Lotes 10/11, Setor Morada do Sol, Rio Verde/GO - CEP: 75908-740	(64) 3211-8613
MA	Seção Judiciária do Maranhão	Av. Senador Vitorino Freire, n. 300 - Areinha - São Luís/MA - CEP 65.031-900	(98) 3214-5701

	Subseção de Caxias	Rua 07-A, Cidade Judiciária - Bairro: Campo de Belém - Caxias-MA CEP 65609-900	(99) 3422-0200
	Subseção de Imperatriz	Av. Tapajós, S/N - Bairro: Parque das Nações - Imperatriz-MA CEP 65912-900	(99) 3529 -0597
	Subseção de Balsas	Rodoviária BR 230, s/n.º, Setor Industrial, CEP n.º 65800-000, Balsas/MA	(99) 3542-5554
MT	Seção Judiciária de Mato Grosso	Av. Rubens de Mendonça, n. 4.888, Fórum Federal JJ Rabelo, Edifício Desembargador Federal Mário Mendes - Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT - CEP: 78.049-942	(65) 3614-5700
	Subseção de Rondonópolis	Av. Goiânia, 281 - Bairro Santa Marta CEP: 78710-450 Rondonópolis-MT	(66) 3902-2278
	Subseção de Juína	Av. Gabriel Muller, n.º 794-N, Bairro Módulo 1 - CEP 78320-000 Juína-MT	(66) 3524-0100
	Subseção de Sinop	Av. Julio Campos, 1230 – Centro CEP: 78550-286 Sinop-MT	(66)3901-1250
MG	Subseção de Governador Valadares	Rua Bárbara Heliodora, 862 - Bairro Centro CEP: 35.010-040	(33) 2101-8100
	Subseção de Ituiutaba	Rua Vinte e Oito, 1155 - Bairro Centro CEP: 38.300-032	(34) 3271-1900
	Subseção de Uberlândia	Av. Cesário Alvim, 3.390 – Bairro Brasil CEP: 38.400-696	(34) 2101-3801
	Subseção de Janaúba	Rua São João da Ponte, 1332 - Bairro São Gonçalo - CEP: 39.445-042	(38) 3829-4950
	Subseção de Montes Claros	Av. Deputado Esteves Rodrigues, 852 – Centro - CEP: 39.400-215	(38) 2101-8200
	Subseção de Varginha	Av. Princesa do Sul, 1855 – Rezende CEP: 37.062-447	(35) 2105-8101

	Subseção de Ipatinga	Rua Vila Lobos, 311 - Bairro Cidade Nobre CEP: 35.162-416	(31) 2109-8107
	Subseção de Juiz de Fora	Rua Leopoldo Schmidt, n. 145 – Centro - Juiz de Fora/MG - CEP: 36.060-040	(32) 3311-1500
PA	Seção Judiciária do Pará	Rua Domingos Marreiros, 598, l Bairro Umarizal - Belém/PA - CEP: 66.055-210	(91) 3299-6100
	Subseção de Marabá	Travessa Ubá, s/n – Bairro Amapá, Marabá-PA – CEP: 68502-008	(94) 2101-8301
	Subseção de Itaituba	Av. Paes de Carvalho, S/N, Centro, Itaituba/PA – CEP: 68.180-060 (mesma rua do Fórum Estadual).	(93) 2102-1950
	Subseção de Santarém	Avenida Barão do Rio Branco, 1893, Bairro Jardim Santarém - Santarém - Pará - CEP: 68.005-396	(93) 2101-9499
PI	Seção Judiciária do Piauí	Avenida Miguel Rosa, n. 7.315 Bairro Redenção - Teresina/PI - CEP: 64.018-550	(86) 2107-2800
	Subseção de Picos	Rua Santo Antônio, nº 74 - Centro - Picos – PI - CEP: 64.600-004	(89) 2101-2800
	Subseção de Corrente	BR-135 - KM -49 - Zona Urbana do Município de Corrente – PI - CEP: 64.980-000	(89) 3573-4000
	Subseção de São Raimundo Nonato	Rua Frade Macedo, nº 1054- Aldeia - São Raimundo Nonato – PI - CEP: 64.770-000	(89) 3582-9600
RO	Seção Judiciária de Rondônia	Av. Presidente Dutra n. 2203, Centro - Porto Velho/RO - CEP: 76.805-902	(69) 3211-2410
	Subseção de Vilhena	Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1196 - Bairro Jardim Eldorado - CEP: 76.980-000	(69)3321-2090
RR	Seção Judiciária de Roraima	Av. Getúlio Vargas, 3999 - Bairro Canarinho - Boa Vista/RR - CEP: 69.306-545	(95) 2121-4201
TO	Seção Judiciária de Tocantins	201 Norte, Conjunto 1, Lote 02A, Caixa Postal 161 - Palmas/TO - CEP: 77.001-128	(63) 3218-3809

ANEXO II AO CONTRATO N. 0025/2019

PLANILHA DE PREÇOS (Valores em R\$)

ID	UF	Localidade	Serial Number	Marca	Data de vencimento da garantia	Modelo	Tombo	Mensal	Anual
1	DF	TRF1	FCN00132800598	EMC	15/08/2019	VNXe 3150	58488	950,00	11.400,00
2		TRF1	CKM00140200409	EMC	27/11/2019	VNX 5600	59382	7.900,00	94.800,00
3		JFDF	CKM00133000793	EMC	30/04/2019	VNX 5500	38340	3.800,00	45.600,00
4	AC	JFAC	CKM00134701696	EMC	26/07/2019	VNX 5500	5939	3.800,00	45.600,00
5		Cruzeiro do Sul	FCN00134555593	EMC	21/01/2020	VNXe 3150	5895	950,00	11.400,00
6	AP	SJAP	CKM00133000796	EMC	04/09/2019	VNX 5500	8745	3.800,00	45.600,00
7	AM	JFAM	CKM00134600644	EMC	26/07/2019	VNX 5500	17426	3.800,00	45.600,00
8		Tabatinga	FCN00134906004	EMC	21/01/2020	VNXe 3150	19742	950,00	11.400,00
9	BA	JFBA	CKM00134701702	EMC	26/07/2019	VNX 5500	48007	3.800,00	45.600,00
10		Barreiras	FCN00140300109	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	49402	950,00	11.400,00
11		Campo Formoso	FCN00140300108	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	49175	950,00	11.400,00
12		Guanambi	FCN00140300110	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	49225	950,00	11.400,00
13		Paulo Afonso	FCN00140300120	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	49139	950,00	11.400,00
14		Itabuna	FCN00140300123	EMC	18/01/2020	VNXe 3150	49140	950,00	11.400,00
15		Vitória da Conquista	FCN00140300124	EMC	18/01/2020	VNXe 3150	49141	950,00	11.400,00
16		Bom Jesus da Lapa	FCN00134555568	EMC	15/08/2019	VNXe 3150	48863	950,00	11.400,00
17		Feira de Santana	FCN00132800599	EMC	15/08/2019	VNXe 3150	48797	950,00	11.400,00
18		Ilhéus	FCN00134906001	EMC	15/08/2019	VNXe 3150	48864	950,00	11.400,00
19	GO	JFGO	CKM00134701698	EMC	26/07/2019	VNX 5500	20389	3.800,00	45.600,00
20		Anápolis	FCN00140300141	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	30913	950,00	11.400,00
21		Luziânia	FCN00140300167	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	30915	950,00	11.400,00
22		Rio Verde	FCN00140900554	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	30914	950,00	11.400,00
23	MA	JFMA	CKM00133100886	EMC	30/04/2019	VNX 5500	16642	3.800,00	45.600,00
24		Caxias	FCN00140300145	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	19017	950,00	11.400,00
25		Imperatriz	FCN00140300146	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	17042	950,00	11.400,00
26		Balsas	FCN00134555595	EMC	21/01/2020	VNXe 3150	16862	950,00	11.400,00
27	MT	JFMT	CKM00133100887	EMC	30/04/2019	VNX 5500	13566	3.800,00	45.600,00
28		Rondonópolis	FCN00140300161	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	14085	950,00	11.400,00

29		Juína	FCN00134555596	EMC	15/08/2019	VNXe 3150	14301	950,00	11.400,00
30		Sinop	FCN00143800145	EMC	09/04/2020	VNXe 3150	14395	950,00	11.400,00
31	MG	Governador Valadares	FCN00134906003	EMC	21/01/2020	VNXe 3150	61849	950,00	11.400,00
32		Ituiutaba	FCN00134555597	EMC	21/01/2020	VNXe 3150	61848	950,00	11.400,00
33		Uberlândia	FCN00134906005	EMC	21/01/2020	VNXe 3150	61852	950,00	11.400,00
34		Janaúba	FCN00140300148	EMC	18/01/2020	VNXe 3150	61068	950,00	11.400,00
35		Montes Claros	FCN00140900559	EMC	18/01/2020	VNXe 3150	61071	950,00	11.400,00
36		Varginha	FCN00140900556	EMC	18/01/2020	VNXe 3150	61076	950,00	11.400,00
37		Ipatinga	FCN00140300163	EMC	18/01/2020	VNXe 3150	61069	950,00	11.400,00
38		Juiz de Fora	FCN00132800597	EMC	15/08/2019	VNXe 3150	61850	950,00	11.400,00
39	PA	JFPA	CKM00134600650	EMC	26/07/2019	VNX 5500	18312	3.800,00	45.600,00
40		Marabá	FCN00140300131	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	18562	950,00	11.400,00
41		Itaituba	FCN00140300129	EMC	18/01/2020	VNXe 3150	20374	950,00	11.400,00
42		Santarém	FCN00132800602	EMC	15/08/2019	VNXe 3150	21726	950,00	11.400,00
43	PI	SJPI	CKM00132500985	EMC	04/09/2019	VNX 5500	18749	3.800,00	45.600,00
44		Picos	FCN00140300130	EMC	25/07/2019	VNXe 3150	19083	950,00	11.400,00
45		Corrente	FCN00134906002	EMC	15/08/2019	VNXe 3150	19061	950,00	11.400,00
46		São Raimundo Nonato	FCN00134555567	EMC	15/08/2019	VNXe 3150	19062	950,00	11.400,00
47	RO	SJRO	CKM00133000798	EMC	04/09/2019	VNX 5500	8690	3.829,00	45.948,00
48		Vilhena	FCN00134555570	EMC	21/01/2020	VNXe 3150	9227	950,00	11.400,00
49	RR	SJRR	CKM00133000795	EMC	04/09/2019	VNX 5500	6765	3.869,00	46.428,00
50	TO	JFTO	CKM00133100885	EMC	30/04/2019	VNX 5500	8150	3.868,67	46.424,00
VALOR TOTAL ESTIMADO									1.100.000,00

RESUMO			
Item	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Manutenção e suporte técnico de equipamentos de armazenamento de dados (storages).	91.666,67	1.100.000,00

ANEXO III AO CONTRATO N. 0025/2019
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Contrato	0024/2019											
Empresa	Unitech-Rio Comércio e Serviços Ltda											
Início	01/07/2019				Término		30/06/2021					
Mês	Ano											
	2019		2020		2021		2022		2023		2024	
Janeiro	-		91.666,67		91.666,67		-		-		-	
Fevereiro	-		91.666,67		91.666,67		-		-		-	
Março	-		91.666,67		91.666,67		-		-		-	
Abril	-		91.666,67		91.666,67		-		-		-	
Maió	-		91.666,67		91.666,67		-		-		-	
Junho	-		91.666,67		91.666,67		-		-		-	
Julho	91.666,67		91.666,67		-		-		-		-	
Agosto	91.666,67		91.666,67		-		-		-		-	
Setembro	91.666,67		91.666,67		-		-		-		-	
Outubro	91.666,67		91.666,67		-		-		-		-	
Novembro	91.666,67		91.666,67		-		-		-		-	
Dezembro	91.666,67		91.666,67		-		-		-		-	
Total	550.000,00		1.100.000,00		550.000,00		-		-		-	
Valor Global do Contrato											2.200.000,00	